



NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO APLICADA
@larissaguimaraesprof

NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Conceito de direito

FGV/Exame de Suficiência/2024.1

João comunicou a Maria que:

- I. a Lei nº X, editada pela União, disciplinou as situações em que poderia ocorrer a renúncia a determinada posição jurídica;
- II. a renúncia, para ser válida, deveria observar os estritos termos legais;
- III. Pedro renunciou a um direito que deixou de integrar a sua esfera jurídica e, automaticamente, passou a integrar a esfera jurídica de Maria.

Nas situações descritas por João em I, II e III, estamos perante, respectivamente, os denominados:

- A) poder estatal, direito positivo e direito natural.
- B) direito objetivo, direito natural e faculdade jurídica.
- C) direito positivo, direito objetivo e direito subjetivo.
- D) direito subjetivo, direito natural e dinâmica relacional.

Direito Administrativo

FGV/Analista de Gestão-Contabilidade/EPE/2024

A Constituição Federal de 1988 inovou ao fazer expressa menção a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta, a saber, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência. Assinale a opção que indica o princípio que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

- A) Legalidade.
- B) Impessoalidade.
- C) Moralidade.
- D) Publicidade.
- E) Eficiência.

Direito Administrativo

FGV/Contador/Prefeitura de Nova Iguaçu/2024

Caio, candidato à Prefeitura do Município Alfa, afirmou, durante discurso televisivo para sua campanha, que os atos do Poder Público devem ser divulgados e exteriorizados, até mesmo para que possam ser controlados pela sociedade.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- A) impessoalidade, que não tem previsão expressa na Constituição Federal, mas apenas no ordenamento infraconstitucional.
- B) publicidade, que não tem previsão expressa na Constituição Federal, mas apenas no ordenamento infraconstitucional.
- C) impessoalidade, que tem previsão expressa na Constituição Federal.
- D) publicidade, que tem previsão expressa na Constituição Federal.
- E) legalidade, que tem previsão expressa na Constituição Federal.

Direito Administrativo

FGV/Analista Judiciário-Contador/TJ AP/2024

A autoridade competente no âmbito da atividade de controle sugeriu a revogação de todos os atos administrativos que não mais atendam ao interesse público, mas foi indagada acerca da existência de atos que não seriam passíveis de tal modalidade de extinção.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) todos os atos administrativos são passíveis de revogação;
- B) apenas os atos vinculados são passíveis de revogação;
- C) nenhum ato administrativo é passível de revogação;
- D) somente os atos discricionários são passíveis de revogação;
- E) apenas os atos administrativos que já exauriram os seus efeitos não podem ser revogados.

Direito Administrativo

FGV/Contador/Prefeitura de Nova Iguaçu/2024

João, Chefe do Poder Executivo no Estado Alfa, editou um ato administrativo discricionário. Contudo, após a sua publicização, o referido ato, de natureza válida, passou a ser muito criticado pela sociedade em geral, em razão das suas consequências práticas.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que o ato administrativo poderá ser

- A) revogado, por razões de conveniência e de oportunidade, pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.
- B) anulado, por razões de conveniência e de oportunidade, pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.
- C) revogado, por razões de conveniência e de oportunidade, pelo Poder Executivo ou pelo Poder Judiciário, mas não pelo Poder Legislativo.
- D) anulado, por razões de conveniência e de oportunidade, pelo Poder Executivo, mas não pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.
- E) revogado, por razões de conveniência e de oportunidade, pelo Poder Executivo, mas não pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.

Direito Administrativo

FGV/Analista Judiciário-Contabilidade/TRF 1/2024

Fernando, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estava conversando com sua amiga Felícia, que é policial federal, acerca das peculiaridades da polícia administrativa em relação à polícia judiciária.

O técnico pontua corretamente que:

- A) distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária não existem, na medida em que o objeto e a finalidade de ambas são os mesmos;
- B) as autoridades que exercem a atividade de polícia administrativa não podem adotar quaisquer medidas sem a determinação judicial pertinente;
- C) ambas as polícias podem ter caráter preventivo ou repressivo, apesar de apresentarem peculiaridades;
- D) apenas a polícia judiciária pode incidir sobre bens, na medida em que a administrativa recai sobre pessoas;
- E) a polícia federal não tem atribuição de polícia judiciária, pois apenas exerce a de polícia administrativa.

Direito Administrativo

FGV/Auditor de Controle Externo/TCE PA/2024

Considerando os contornos da Administração Pública na Constituição de 1988, é correto afirmar que são entidades administrativas, integrantes da Administração Indireta, que são criadas por lei, diante de sua personalidade jurídica de direito público

- A) as entidades autárquicas.
- B) as sociedades de economia mista.
- C) as empresas públicas.
- D) os serviços sociais autônomos.
- E) as organizações da sociedade civil de interesse público.

Direito Administrativo

FGV/Analista Judiciário-Contador/TJ AP/2024

Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

- A) as autarquias;
- B) as prefeituras;
- C) as associações públicas;
- D) os tribunais de contas;
- E) as sociedades de economia mista.

Direito Administrativo

FGV/Analista de Gestão-Contabilidade/EPE/2024

Administração Pública Indireta é o conjunto de entidades que possuem personalidade jurídica própria, criadas pelo Estado para desempenhar atividades administrativas descentralizadas. Essas entidades são responsáveis por executar serviços públicos específicos ou de interesse público, complementando as funções da administração pública direta.

Assinale a opção que apresenta características de uma empresa pública.

- A) Pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.
- B) Pessoa jurídica de direito privado em que há conjugação de capital público e privado, participação do Poder Público na gestão e organização sob forma de sociedade anônima.
- C) Provê serviços entre dois ou mais entes federativos para atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.
- D) Pessoa jurídica de direito público que executa atividades típicas do Estado.
- E) Presta serviços e desenvolve ações conjuntas que visem ao interesse coletivo e a benefícios públicos.

Conceito de direito

FGV/Exame de Suficiência/2024.1 RS

A sociedade empresária Alfa almejava celebrar um contrato com o Estado Beta, de modo que pudesse fornecer alguns móveis de sua fabricação. O objetivo decorria do fato de o Estado Beta estar finalizando a construção de dezenas de escolas públicas, tendo a necessidade de mobiliá-las no momento oportuno.

Ao consultar um especialista na matéria, foi corretamente informado ao sócio-gerente de Alfa que

- A) os contratos celebrados pelo Estado sempre seguem os mesmos parâmetros dos contratos de direito privado, logo, Alfa celebraria um contrato de compra e venda de bens móveis.
- B) todo contrato celebrado pelo Estado Beta deve ser antecedido de licitação, logo, a sociedade empresária Alfa somente poderia fornecer móveis a esse ente federativo caso se saísse vencedora em licitação.
- C) ressalvadas as exceções legais, eventual celebração de contrato administrativo com o Estado Beta exigiria que sociedade empresária Alfa fosse vencedora em licitação.
- D) em razão do princípio da eficiência, que exige celeridade nas ações estatais, a realização de licitação é reservada às situações em que a autoridade administrativa identifique a possibilidade de competição.

Direito Administrativo

FGV/Contador/Prefeitura de Nova Iguaçu/2024

Em uma palestra ministrada a agentes públicos durante um curso de reciclagem, João afirmou que o instrumento convocatório é a lei interna da licitação, devendo ser respeitada pelo Poder Público e pelos licitantes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que João, em sua palestra, se referiu ao princípio

- A) do desenvolvimento nacional sustentável.
- B) da segregação de funções.
- C) do formalismo moderado.
- D) da vinculação ao edital.
- E) do planejamento.

Direito Administrativo

FGV/Analista/TJ SC/2024

A Administração deseja vender bem imóvel de sua propriedade pelo maior preço possível.

Nesse caso, deve adotar a seguinte modalidade de licitação:

- A) leilão;
- B) concessão;
- C) concorrência;
- D) pregão;
- E) concurso.

Direito Administrativo

FGV/Auditor de Controle Externo/TCE PA/2024

Após distinguir as peculiaridades atinentes as situações em que a licitação é inexigível e aquelas em que tal procedimento é dispensável, Daniel foi instado a dar um exemplo dessa última hipótese de contratação direta, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, e indicou corretamente a

- A) contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- C) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- E) contratação de bens ou serviços que tenham por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

Direito Constitucional

FGV/Exame de Suficiência/2024.1 RS

João recebeu comunicação da associação de moradores do Bairro Alfa informando que ele se encontrava em débito com as respectivas mensalidades desde a criação da associação, o que ocorrera dois anos antes. Ao comparecer perante a associação, João informou que jamais se associara, logo, não poderia ter débitos pendentes. Foi-lhe informado, no entanto, que isto era irrelevante, já que todas as conquistas da associação geravam benefícios para João, que era morador do Bairro Alfa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que

- A) como é obrigatória a associação de João, o débito é devido, embora ele possa se desassociar a qualquer momento.
- B) ainda que seja beneficiado pelos atos da associação, cabe a João decidir se irá se associar, ou não, logo, o débito é indevido.
- C) caso a associação tenha sido criada com a autorização do Município, a associação de João é tida como obrigatória e o débito é devido.
- D) como as associações não têm fins lucrativos, é vedada a cobrança de mensalidades, logo, o débito é indevido.

Direito Constitucional

FGV/Analista Adm-Contabilidade/DNIT/2024

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- C) A garantia do desenvolvimento nacional.
- D) A erradicação da pobreza.
- E) A promoção do bem de todos.

Direito Constitucional

FGV/Analista Adm-Contabilidade/DNIT/2024

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delinham a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- A) Promover a soberania.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- C) Engajar o pluralismo político.
- D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- E) Fomentar a cidadania.

Direito Constitucional

FGV/Analista Adm-Contabilidade/DNIT/2024

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

- I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.
- II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.
- III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.

Direito Constitucional

FGV/Analista Adm-Contabilidade/DNIT/2024

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, encontra-se pertinente que

- A) é livre a manifestação do pensamento, sendo consentido o anonimato.
- B) ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar em hipótese alguma.
- D) é violável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
- E) é assegurado a todos o acesso à informação e divulgação da fonte.

Direito Constitucional

FGV/Analista Adm-Contabilidade/DNIT/2024

Os direitos e garantias fundamentais, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representam a espinha dorsal do ordenamento jurídico nacional, conferindo proteção essencial aos indivíduos.

Com relação aos direitos e garantias fundamentais, analise os itens a seguir.

I. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

II. Assegura-se a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas.

III. é garantido o direito de herança.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.

Direito Constitucional

FGV/Analista Adm-Contabilidade/DNIT/2024

Os direitos sociais, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representam uma dimensão crucial dos direitos e garantias fundamentais que norteiam a sociedade brasileira.

Com relação aos direitos sociais, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social tem direito a uma renda básica familiar.
- () Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- () O seguro-desemprego é direito dos trabalhadores rurais, em caso de desemprego voluntário.

As afirmações são, respectivamente,

- A) F – V – F.
- B) F – V – V.
- C) V – F – F.
- D) V – V – F.
- E) V – F – V.

Direito Constitucional

FGV/Auditor de Controle Externo/TCE PA/2024

O Deputado Estadual Pedro pretendia apresentar à Assembleia Legislativa do Estado Delta projeto de lei versando sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Após promover alentada busca, constatou que nem a União nem o Estado Delta tinha legislado sobre a matéria.

À luz da divisão constitucional de competências, Pedro concluiu corretamente que o Estado Delta

- A) somente pode legislar sobre a matéria após a União.
- B) pode legislar sobre a matéria, desde que seja expressamente autorizado pela União.
- C) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União revogará a lei estadual na hipótese de colidência.
- D) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União suspenderá a eficácia da lei estadual na hipótese de colidência.
- E) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União não terá influência sobre a lei estadual, ainda que sejam colidentes.

Direito Constitucional

FGV/Auditor de Controle Externo/TCE GO/2024

O artigo 31 da Constituição Federal do Brasil estabelece que a fiscalização no âmbito municipal será conduzida pelo Poder Legislativo Municipal, por meio de controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, conforme determinado pela legislação.

Assinale a opção que indica o órgão que auxilia o controle externo da Câmara Municipal.

- A) Controladoria do Estado.
- B) Tribunal de Contas do Estado.
- C) Secretaria da Fazenda.
- D) Secretaria de Auditoria.
- E) Conselho de Controle.

Direito Civil

FGV/Exame de Suficiência/2024.2

João vendera determinada mercadoria para Pedro, mas não recebeu o respectivo pagamento. Em razão da amizade que os unia, João estava relutante em ingressar com uma ação judicial para a cobrança do respectivo valor, mas, com a proximidade do prazo prescricional, ficou preocupado. Ao conversar com Pedro, foi dito a João que ele não deveria se preocupar, pois ele, Pedro, renunciaria à prescrição.

Ao analisar a disciplina estabelecida no Código Civil brasileiro, João concluiu corretamente que a renúncia que Pedro se propôs a realizar:

- A) não é admitida pela sistemática legal.
- B) deve ser expressa, sendo vedada a renúncia tácita.
- C) só pode ser realizada depois que a prescrição se consumar.
- D) pode ser realizada antes ou após a consumação da prescrição, sendo expressa ou tácita.

Direito Civil

FGV/Exame de Suficiência/2024.2

João e Maria, únicos sócios da sociedade empresária Alfa, da qual Pedro era o contador responsável, faleceram em um acidente automobilístico quando se dirigiam para Alfa, não se podendo averiguar qual deles faleceu primeiro. Como João e Maria mantinham uma relação de parentesco, o momento da morte influenciaria na vocação hereditária de um e outro, o que, por via reflexa, também teria reflexos na transmissão das cotas do capital social.

Nesse caso, ao analisar a sistemática estabelecida no Código Civil, Pedro concluiu corretamente que, na definição da ordem de falecimento de João e Maria, deve-se presumir que:

- A) o mais velho faleceu primeiro.
- B) o mais jovem faleceu primeiro.
- C) faleceram ao mesmo tempo.
- D) o que teve o inventário aberto antes faleceu primeiro.

Direito Civil

FGV/Contador/CGM RJ/2023

João, profissional vinculado a determinado conselho de fiscalização do exercício profissional, ao consultar um motor de busca na internet, ficou surpreso com a descoberta de que o seu nome figurava em uma lista de devedores da anuidade que deveria ser paga ao conselho, correspondente a um exercício financeiro de dez anos atrás. Receoso de que isso pudesse contribuir para a formação de uma imagem negativa junto aos seus clientes, embora se tratasse de fato isolado, correspondente a um ano em que estivera impossibilitado de trabalhar, por se encontrar doente, consultou um advogado a respeito da licitude dessa divulgação.

O advogado respondeu, corretamente, que a referida divulgação é:

- A) ilícita, por configurar afronta ao direito à privacidade;
- B) lícita, estando abrangida pela liberdade de informação;
- C) ilícita, porque a divulgação de informações afetas ao conselho e a João exigia a autorização de ambos;
- D) lícita, até o momento em que João apresentar uma posição contrária à divulgação, existindo o direito à sua exclusão;
- E) ilícita, por ser potencialmente contrária ao direito social ao trabalho, podendo dificultar a captação de clientes por João.

Direito Civil

FGV/Auditor Fiscal de Tributos/SEFIN RO/2018

Bueno, servidor público, está com graves problemas financeiros diante da falta de pagamento regular de seus salários. Com débitos em atraso no cartão de crédito e tendo sido negativado no sistema de proteção ao crédito, ele precisa de empréstimos para saldar suas dívidas mais prementes. Para isso, procura uma instituição financeira que aceita conceder empréstimos a pessoas na sua condição e assina contrato de mútuo de fins econômicos, cuja prestação em favor da mutuante é manifestamente desproporcional à prestação conferida ao mutuário.

Em face dessa situação, quanto ao negócio jurídico celebrado por Bueno, é correto afirmar que ele é

- A) nulo por coação por parte da mutuante e o receio de dano iminente e considerável à pessoa do mutuário e aos seus bens.
- B) plenamente válido, por se tratar de contrato de adesão, quando não é dado ao aderente discutir ou modificar o conteúdo das estipulações.
- C) anulável por ocorrência de lesão, diante da premente necessidade do devedor, que se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- D) plenamente válido, por se tratar de exercício da liberdade contratual e da força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda).
- E) anulável por ocorrência de estado de perigo, diante da necessidade de o devedor quitar seus débitos e eliminar a negativação de seu nome.

DIREITO TRABALHISTA E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Direito Trabalhista

FGV/Exame de Suficiência/2024.1

Pedro é empregado, há exatos três anos, da sociedade empresária Alfa, que cumpria todas as suas obrigações, a começar pelo rigoroso pagamento do salário mensal dos seus empregados. No entanto, Maria, sua superior hierárquica, decidiu que Pedro não vinha cumprindo a contento suas obrigações, logo, deveria ser demitido. À luz desse quadro, Maria consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à concessão de aviso prévio a Pedro, sendo-lhe corretamente informado que

- A) cabe a Alfa optar pela concessão de aviso prévio ou pela permanência de Pedro em casa, sem remuneração.
- B) o aviso prévio a ser dado a Pedro é de 30 (trinta) dias.
- C) é necessário o pagamento de indenização correspondente a um mês de trabalho.
- D) o aviso prévio a ser dado a Pedro é de 39 (trinta e nove) dias.

Direito Trabalhista

FGV/Contador/Prefeitura de Macaé/2024

Em um período de alta demanda de trabalho, decorrente da necessidade de apresentação das demonstrações contábeis do exercício, uma sociedade empresária solicita que um de seus contadores trabalhe além da jornada de trabalho convencional.

A respeito do trabalho extra, com base nas regras previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a afirmativa correta.

- A) Não poderá exceder a uma hora diária, devendo ser remunerada em, pelo menos, 25% superior à da hora normal.
- B) Não poderá exceder a duas horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 25% superior à da hora normal.
- C) Não poderá exceder a duas horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 50% superior à da hora normal.
- D) Não poderá exceder a 3 horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 25% superior à da hora normal.
- E) Não poderá exceder a 3 horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 50% superior à da hora normal.

Direito Trabalhista

FGV/Contador/Prefeitura de Macaé/2024

A CLT, visando resguardar alguns direitos básicos dos empregados, especificou em seu texto determinadas situações em que seria permitido ao funcionário ausentar-se do serviço sem prejuízo do salário ou do cálculo das férias.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma dessas situações.

- A) Para acompanhar filho de até 6 anos em consultas médicas, por 1 dia por ano.
- B) Em virtude de casamento, por até 8 dias.
- C) Em caso de falecimento de amigo íntimo, por até 3 dias.
- D) Em caso de adoção por guarda total ou compartilhada, por até 30 dias.
- E) Em caso de exame de sangue no Sistema Único de Saúde, por até 2 dias.

Direito Trabalhista

FGV/Contador/Prefeitura de Macaé/2024

A sociedade empresária e-commerce XYZ, após obter boa aceitação de seus produtos no município de Macaé, decidiu alugar um galpão localizado no bairro Alto dos Cajueiros, pensando em facilitar a distribuição e o armazenamento de suas mercadorias.

Com o objetivo de evitar possíveis prejuízos decorrentes de furtos, a sociedade empresária publicou anúncios com o intuito de contratar seguranças noturnos, que serão responsáveis pela proteção do patrimônio.

Diante dessa informação, os seguintes candidatos se apresentaram para concorrer à vaga:

- I. Joana, mulher de 21 anos, com filho de 1 ano de idade.
- II. Micael, rapaz de 17 anos, recém-formado no ensino médio.
- III. Teobaldo, homem de 42 anos, portador de surdez unilateral.
- IV. Natan, garoto de 13 anos, na condição de aprendiz.

Conforme o disposto na CLT, somente podem assumir a vaga:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Direito Trabalhista

FGV/Médico Perito/Prefeitura de Macaé/2024

Trabalho proibido é aquele que não observa um dos requisitos legais, devendo ser reprimido pelas autoridades competentes. Uma hipótese é o trabalho do menor, pois o fato de se encontrar em formação, desaconselha a realização de certas atividades. A doutrina usa o termo proteção integral ao menor, já que é interesse da sociedade que os menores se desenvolvam sem risco à sua saúde ou à sua vida.

Assinale a opção que apresenta a situação válida e regular para um menor.

- A) Cleiton, 13 anos de idade, foi contratado como aprendiz de marcenaria.
- B) Everton, 15 anos de idade, foi contratado como auxiliar de cozinheiro em um restaurante.
- C) Vitoria, 17 anos de idade, foi contratada como frentista em um posto de gasolina, das 23 às 7 horas.
- D) Adriana, 14 anos de idade, foi contratada como vendedora de uma loja de biquínis.
- E) Jean, 16 anos de idade, foi contratado como jardineiro para trabalhar das 15 às 21 horas.

Direito Trabalhista

FGV/Exame OAB/2024

Pedro e Vitor trabalham na mesma sociedade empresária. Em 2023, Pedro foi convocado para prestar serviço militar obrigatório e Vitor sofreu um grave acidente de trabalho, que exigiu seu afastamento do emprego por um ano.

Sobre o tempo de serviço dos dois empregados, considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Ambos os empregados terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.
- B) Somente Pedro terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.
- C) Nenhum dos empregados terá computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.
- D) Apenas Vitor terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

Direito Trabalhista

FGV/Consultor Técnico Legislativo/Câmara de SP/2024

Assinale a opção que indica a categoria funcional que não tem direito a receber o adicional de periculosidade.

- A) Vigilantes patrimoniais armados.
- B) Trabalhadores da área de produção em indústrias de produtos de fogos e artifícios.
- C) Trabalhadores frentistas de postos de combustíveis.
- D) Motoristas de caminhão-tanque, desde que a carga seja superior a 200 litros.
- E) Pilotos de aeronaves civis.

Direito Trabalhista

FGV/Consultor Técnico Legislativo/Câmara de SP/2024

A jornada de trabalho noturno para o trabalhador urbano, de acordo com o Art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é aquela que ocorre no período entre

- A) as 22h de um dia e as 6h da manhã do dia seguinte.
- B) as 20h de um dia e as 5h da manhã do dia seguinte.
- C) as 21h de um dia e as 5h da manhã do dia seguinte.
- D) as 21h de um dia e as 6h da manhã do dia seguinte
- E) as 22h de um dia e as 5h da manhã do dia seguinte.

Direito Trabalhista

FGV/Guarda Municipal/Prefeitura de Vitória/2024

Após completar dezoito anos de idade, Jonas, pretendendo ingressar no mercado de trabalho, resolveu analisar o texto constitucional, para conhecer os direitos dos trabalhadores. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é direito do trabalhador urbano e rural

- A) a duração do trabalho normal não superior a doze horas diárias e sessenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- B) a jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- C) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em vinte e cinco por cento à do normal.
- D) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- E) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

Direito Trabalhista

FGV/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2024

Wanda é cirurgiã ortopédica, trabalha num hospital privado com CTPS assinada e engravidou. Comunicado de tal fato, o diretor médico do hospital verificou que, em razão da atividade desempenhada, não haveria no hospital um local salubre onde Wanda pudesse trabalhar. Em razão da atividade, realização de cirurgias ortopédicas, a tarefa também não poderia ser feita em domicílio.

Considerando a situação apresentada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato de Wanda será suspenso enquanto ela estiver grávida, porque se mostra inviável o exercício da sua atividade.
- B) A empregada será afastada, em razão da hipótese de gravidez de risco, e ensejará a percepção de salário-maternidade durante todo o período de afastamento.
- C) Não havendo possibilidade de transferência de função ou de trabalho em domicílio, não restará outra alternativa senão Wanda prosseguir o trabalho normalmente.
- D) Wanda será afastada compulsoriamente e terá direito à metade do salário que percebia enquanto estava em atividade até a véspera de ter o seu bebê.
- E) A empregada será afastada de imediato, recebendo auxílio por incapacidade temporária até dar à luz, quando então o benefício será transformado em salário-maternidade.

DIREITO EMPRESARIAL E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Direito Empresarial

FGV/ENAM/2024.1

Helena, em 5 de março de 2024, completou 16 anos e foi emancipada. Agora, almeja ter sua própria fonte de renda, ingressando no ramo de venda de eletrônicos.

Nesse cenário, acerca da capacidade de Helena para exercer a atividade empresária, assinale a afirmativa correta.

- A) Helena poderá exercer a atividade empresária, pois está em pleno gozo da capacidade civil.
- B) Helena não poderá exercer atividade empresária, porque sua idade não permite o exercício de administração da empresa.
- C) Helena não poderá exercer atividade empresária, considerando que é menor de idade e não está em pleno gozo da capacidade civil.
- D) Helena poderá exercer a atividade empresária, desde que autorizada de forma específica pelos seus responsáveis legais.
- E) Helena não poderá exercer atividade empresária de forma independente, mas poderá exercê-la, desde que devidamente assistida por seus representantes legais.

Direito Empresarial

FGV/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2023

Em relação ao empresário individual, analise as afirmativas a seguir.

- I. A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento dirigido ao Registro Público de Empresas Mercantis que contenha a firma ou a denominação, com a respectiva assinatura autografa, que poderá ser substituída pela assinatura autenticada com certificação digital, e indicação do objeto da empresa.
- II. O processo de registro, alteração e baixa do microempreendedor individual terá trâmite especial e simplificado, podendo correr, a sua escolha, perante o Registro Público de Empresas Mercantis, de forma presencial, ou no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de forma eletrônica.
- III. Caso venha a admitir sócios, o empresário individual poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação do registro de empresário para o de sociedade empresária, sem liquidação de sua empresa e sem prejuízo, em qualquer caso, dos direitos dos credores preexistentes.

Está correto o que se afirma em

- A) III, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, apenas.

Direito Empresarial

FGV/Exame OAB/2023

O empresário individual Valério Pavão deseja alterar a forma de exercício da sociedade empresária, passando a admitir como sócios Jerônimo e Atílio, e mantendo a mesma atividade e localização de seu estabelecimento.

Sobre a mudança pretendida, assinale a opção que apresenta as ações que Valério Pavão deverá executar.

- A) Dissolver sua empresa individual e, após o encerramento da liquidação, constituir uma sociedade com os sócios Jerônimo e Atílio.
- B) Solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária.
- C) Solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis o enquadramento de sua empresa como microempresa para, em seguida, requerer a transformação do registro para sociedade empresária.
- D) Dissolver sua empresa individual e, no curso da liquidação e após o levantamento do balanço patrimonial, constituir uma sociedade com os sócios Jerônimo e Atílio.

Direito Empresarial

FGV/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2023

José é surpreendido pelo sucesso de sua filha, Mariana, como influenciadora digital. Embora ainda tenha 15 anos, Mariana já é um fenômeno das redes sociais, com mais de 20 milhões de seguidores interessados em suas postagens sobre dicas de beleza. Diante dos contratos que precisa assinar relativos a campanhas publicitárias da filha, José percebe o potencial lucrativo de atividade, decidindo, então, organizar os negócios de Mariana, mediante a constituição de sociedade limitada dedicada à exploração comercial de sua imagem.

Nesse contexto, é correto afirmar que Mariana

- A) não pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, por ser absolutamente incapaz.
- B) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que seus responsáveis legais também seja sócios.
- C) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que não seja administradora da sociedade, o capital social esteja totalmente integralizado e que seja representada pelo seus representantes legais no ato da constituição da sociedade.
- D) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que não seja administradora da sociedade e que seja representada pelo seus representantes legais no ato da constituição da sociedade, independentemente da integralização do capital social.
- E) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que capital social esteja totalmente integralizado e que seja representada pelos seus representantes legais no ato da constituição da sociedade, podendo exercer a administração da sociedade, desde que devidamente representada.

Direito Empresarial

FGV/Auditor Fiscal/SEFIN RO/2018

Sobre sociedade limitada, analise as afirmativas a seguir.

- I. O uso do nome empresarial é privativo dos sócios e administradores originários, não se estendendo aos sócios e administradores que posteriormente adquiram essas qualidades.
- II. O direito do sócio de anular a aprovação decai em dois anos, sem reserva, do balanço patrimonial e do resultado econômico.
- III. A assembleia torna-se dispensável quando a maioria dos sócios decidir, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Está correto o que se afirma em

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Direito Empresarial

FGV/Contador Corporativo/CODEMIG/2015

Cristiana, Cássia e Heliodora decidiram constituir uma sociedade que será designada “Bueno, Brandão & Companhia Ltda.”. Na elaboração do contrato social observa-se a seguinte cláusula:

“As sócias assumem responsabilidade solidária, ilimitada e subsidiária pelas obrigações da sociedade até a extinção completa do passivo”.

Verificando-se o tipo societário adotado e as disposições do Código Civil sobre o contrato de constituição, é correto afirmar que a cláusula do contrato social:

- A) deve ser modificada, porque no tipo societário adotado a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor da quota de cada um, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;
- B) não deve ser modificada, porque no tipo societário a ser constituído é permitida apenas a participação de pessoas naturais e mediante responsabilidade ilimitada, solidária e subsidiária;
- C) não deve ser modificada, porque as obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais;
- D) deve ser modificada, porque a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor da quota de cada um, exceto o sócio administrador, que responde ilimitada e solidariamente pelas obrigações sociais;
- E) não deve ser modificada, porque é facultado aos sócios dispor no contrato deste tipo societário se respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Direito Empresarial

FGV/Agente de Tributos/SEFAZ BA/2022

A sociedade empresária X optou pela sistemática de apuração e recolhimento simplificado do Simples Nacional e auferiu receita bruta de

- (i) R\$ 350.000,00, no ano-calendário de 2018;
- (ii) R\$ 1.500.000,00, no ano-calendário de 2019;
- (iii) R\$ 4.500.000,00, no ano-calendário de 2020; e
- (iv) R\$ 6.500.000,00, no ano-calendário de 2021.

Sobre a hipótese descrita e considerando o total de receita bruta auferida no ano-calendário, assinale a afirmativa correta.

- A) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa, mantendo-se em 2019; em 2020 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- B) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2019 e 2020; sendo excluída do Simples Nacional em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso.
- C) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- D) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte; e em 2020, no mês no subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional, mantendo-se a exclusão no ano seguinte.
- E) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020 e 2021.

Direito Empresarial

FGV/Agente de Tributos/SEFAZ BA/2022

Com relação ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal do IRPJ, do IPI, da CSLL, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social, do ICMS e do ISS.
- II. O recolhimento mensal do Simples Nacional não exclui a incidência do ICMS devido nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária.
- III. A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional fica dispensada do pagamento das demais contribuições, instituídas pela União, não previstas no recolhimento mensal do Simples Nacional.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Direito Empresarial

FGV/Agente de Tributos/SEFAZ BA/2022

A Lei Complementar Federal nº 123/2006 prevê um regime ainda mais simplificado de recolhimento de impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional aos Microempreendedores Individuais (MEI).

Sobre o regime de arrecadação instituído para o MEI, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- O Empresário Individual que possua mais de um estabelecimento não poderá optar pelo regime especial em valores fixos.
- O MEI é modalidade de microempresa.
- O MEI constituído na forma de startup poderá optar pela sistemática de recolhimento em valores fixos mensais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- A) V – V – F.
- B) V – F – F.
- C) F – V – V.
- D) F – V – F.
- E) F – F – V.

Direito Empresarial

FGV/Contador/Prefeitura de Paulínia/2016

Assinale a opção que indica a pessoa jurídica que pode se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/06.

- A) a que seja filial no país de pessoa jurídica com sede no exterior.
- B) a que participe do capital de outra pessoa jurídica com fins lucrativos.
- C) a que tenha participação em cooperativa de crédito.
- D) a que seja constituída sob a forma de sociedade por ações.
- E) a que os sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Direito Tributário

FGV/Exame de Suficiência/2024.1

A sociedade empresária Delta acabou de ser constituída, o que foi feito com estrita observância da sistemática legal, tendo por objeto a venda de livros. No dia imediatamente anterior ao início de suas atividades, os sócios da Delta questionaram o seu contador sobre a respectiva carga tributária, mais especificamente a respeito dos tributos que Delta estava obrigada a recolher. O contador respondeu corretamente que Delta, em razão do seu objeto social,

- A) não recolheria nenhum tributo.
- B) somente recolheria impostos.
- C) recolheria taxas.
- D) somente recolheria contribuições de melhoria.

Direito Tributário

FGV/Exame de Suficiência/2024.2

Joana, contabilista, tomou ciência de que certo órgão colegiado de jurisdição administrativa, com competência para processar e julgar recursos interpostos contra decisões administrativas que tenham por objeto o imposto X, proferiu determinada decisão à qual a lei atribuiu eficácia normativa.

Após analisar o Código Tributário Nacional em relação à entrada em vigor dos efeitos normativos da referida decisão, Joana concluiu corretamente que tais efeitos devem ocorrer, salvo disposição em contrário:

- A) na data da sua publicação.
- B) trinta dias após a data da sua publicação.
- C) noventa dias após a data da sua publicação.
- D) no exercício financeiro seguinte à data da sua publicação.

Direito Tributário

FGV/Analista-Contabilidade/DATAPREV/2024

O art. 16 do Código Tributário Nacional define “o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Essa modalidade de tributo é chamada de

- A) Imposto.
- B) Taxa.
- C) Contribuição de Melhoria.
- D) Contribuição Social.
- E) Moratória.

Direito Tributário

FGV/Analista-Contabilidade/DATAPREV/2024

A cobrança de adicional de imposto de renda da pessoa jurídica para o montante de lucro tributável que exceder determinado valor é consequência direta de uma regra de regência deste tributo. Essa regra denomina-se

- A) Extrafiscalidade.
- B) Não incidência sobre exportações.
- C) Progressividade.
- D) Princípio da Irretroatividade.
- E) Non-olet.

Direito Tributário

FGV/Analista-Contabilidade/DATAPREV/2024

Não compete à União instituir impostos sobre

- A) renda e proventos de qualquer natureza.
- B) propriedade de veículos automotores.
- C) importação de produtos estrangeiros.
- D) grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- E) propriedade territorial rural.

Direito Tributário

FGV/Analista-Contabilidade/DATAPREV/2024

O Código Tributário Nacional em seu art. 43 estabelece o fato gerador do imposto de renda. No caso de pessoas jurídicas, há a possibilidade de que a tributação seja efetuada mediante a aplicação de um percentual predefinido de lucratividade sobre a receita bruta.

Este percentual é denominado

- A) Imposto Seletivo.
- B) Lucro Real.
- C) Lucro da Exploração.
- D) Lucro Presumido.
- E) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

Direito Tributário

FGV/Contador/Câmara dos Deputados/2023

José é possuidor há três anos, com animus domini (com intenção de proprietário), de um imóvel rural no Município Alfa, local de sua habitação e de sua família, em vias de ser usucapido. Ele recebeu visita da fiscalização municipal, que constatou sua posse. No ano seguinte, José recebeu carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) já em seu nome.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) José, ainda que seja mero possuidor com animus domini, em vias de usucapir o imóvel, pode ser contribuinte do ITR.
- B) O fato gerador do ITR é a propriedade ou o domínio útil, não sendo possível a cobrança do mero possuidor José.
- C) José, quanto aos fatos geradores referentes ao período em que sua posse já se iniciara, é responsável por sucessão pelo pagamento do ITR, em lugar do proprietário.
- D) José, quanto aos fatos geradores referentes ao período em que sua posse já se iniciara, é responsável por substituição tributária pelo pagamento do ITR, em lugar do proprietário.
- E) Por se tratar o ITR de tributo federal, sua fiscalização tributária somente poderia ser executada por fiscais federais.

Direito Tributário

FGV/Agente de Tributos/SEFAZ BA/2022

Considere que a União, por meio de decreto do Presidente da República, publicado em abril deste ano, majorou a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de diversos produtos, nos limites estabelecidos em lei. A referida alteração entrou em vigor 30 (trinta) dias após a publicação do decreto.

Sobre a hipótese descrita, considerados os princípios gerais tributários, assinale a afirmativa correta.

- A) Houve violação aos princípios da anterioridade anual, da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- B) Houve violação ao princípio da anterioridade anual; o IPI não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.
- C) O IPI não se submete à anterioridade anual; houve violação ao princípio da anterioridade nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.
- D) O IPI não se submete ao princípio da anterioridade anual; houve violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- E) O IPI não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.

Direito Tributário

FGV/Agente de Tributos/SEFAZ BA/2022

O Estado X publicou uma lei que determina a isenção de IPVA para os proprietários de veículos automotores com deficiência auditiva que estejam aposentados, desde que comprovada a deficiência por meio de junta médica oficial.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- A) Os proprietários de veículos com deficiência motora, visual ou mental, por analogia, poderão requerer a extensão do benefício fiscal, ainda que estejam no exercício de atividade laboral.
- B) A referida lei deve ser interpretada literalmente. Portanto, somente aqueles com deficiência auditiva e que sejam aposentados poderão se beneficiar da isenção.
- C) É possível a interpretação extensiva da referida norma para beneficiar o deficiente auditivo, ainda que se encontre no exercício de atividade laboral.
- D) A referida norma é inconstitucional por violar o princípio da isonomia tributária.
- E) Em razão do princípio da justiça social, a interpretação da lei tributária deve ser extensiva a toda e qualquer pessoa deficiente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental, que esteja aposentada.

Direito Tributário

FGV/Consultor do Tesouro/SEFAZ ES/2022

Mário emprestou gratuitamente a seu irmão Mateus o automóvel de sua propriedade, devidamente registrado em seu nome, firmando com ele contrato em que Mateus se responsabilizava pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Passados três anos do empréstimo e estando o automóvel ainda na posse de Mateus, este não pagou nenhuma vez o IPVA. O Fisco Estadual então iniciou a cobrança dos valores atrasados contra Mário.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional

- A) Mário é o contribuinte do IPVA, mas Mateus é responsável tributário solidariamente pela dívida.
- B) Mário é o contribuinte do IPVA, mas Mateus é responsável tributário subsidiariamente pela dívida.
- C) tanto Mário como Mateus são contribuintes do IPVA.
- D) Mário responde sozinho perante o Fisco pela dívida.
- E) Mário, em razão de seu contrato com Mateus, pode exigir do Fisco que cobre a dívida integralmente de Mateus.

Direito Tributário

FGV/Consultor do Tesouro/SEFAZ ES/2022

José, aposentado, passa metade do ano residindo na área urbana do Município Alfa (Estado Beta), onde se localiza a agência bancária em que recebe sua aposentadoria. Na outra metade do ano, reside em sua propriedade rural no Município Gama (Estado Delta), onde possui uma pequena pousada que explora comercialmente. José indicou ao Fisco que seu domicílio tributário como pessoa física é o Município Gama.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional, o domicílio tributário de José será

- A) exclusiva e obrigatoriamente o Município Alfa, onde se localiza a agência bancária em que recebe sua aposentadoria.
- B) exclusiva e obrigatoriamente o Município Gama, onde se localiza a pequena pousada que explora comercialmente.
- C) exclusiva e obrigatoriamente o Município onde José aufera receitas de maior valor.
- D) duplo, tanto no Município Alfa como no Município Gama.
- E) livremente escolhido por José.

Direito Tributário

FGV/Consultor do Tesouro/SEFAZ ES/2022

O lançamento é a etapa da receita orçamentária que representa o ato da repartição competente, em que há verificação da procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e a inscrição do débito desta. Assinale a opção que indica quando há o lançamento por ofício.

- A) ICMS e IPI.
- B) IPTU e IPVA.
- C) PIS e COFINS.
- D) IR e CSSL.
- E) ITBI e ITCMD.

Direito Tributário

FGV/Consultor do Tesouro/SEFAZ ES/2022

O Município X, para custeio do serviço público coletivo e geral de iluminação das vias públicas, instituiu por lei municipal ordinária a taxa de iluminação pública. Também instituiu, por outra lei municipal ordinária, uma taxa de coleta domiciliar de lixo, pelo serviço público de retirada de lixo de cada imóvel individualmente considerado.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) Ambos os serviços públicos indicados no enunciado podem ser remunerados mediante taxa.
- B) O serviço público de iluminação das vias públicas necessita de lei complementar para instituição de sua taxa remuneratória.
- C) O serviço público de iluminação de vias públicas não pode ser remunerado mediante taxa.
- D) O serviço público de retirada de lixo de cada imóvel individualmente considerado não pode ser remunerado mediante taxa.
- E) Nenhum dos serviços públicos indicados no enunciado pode ser remunerado mediante taxa.